

MILLÔR FERNANDES E A NOVA MUSEOLOGIA

Para Marília que acredita no olhar

"O progresso é natural", afirma Millôr Fernandes (Isto É, 29 de Abril de 1987) puxando nota de roda-pé que remete a Noel Rosa. Depois de afirmação tão séria o humorista, improvisado em museólogo, informa que "em Tóquio toquianos prevenidos contra a poluição andam com venda num olho. Descansam um usam o outro, descansam o outro, usam o um." Mais adiante informa que "a Sony mandou instalar em sua sede, também em Tóquio, uma máquina de vender oxigênio." E por uma ótica prospectiva adianta: "Já, já São Paulo entra no páreo - teremos no viaduto do Café" - inventado por Millôr - "uma loja de clorificação dos olhos".

"Portanto - arremata o humorista - aproveitando a onda, por que não levar a coisa às suas últimas consequências e criar museus ao ar livre onde, por preço acessível, crianças e adultos possam ver, cheirar e mesmo subir em árvores!? Bolei até um nome pro museu - Praça Pública. Será que pega?"

Ao que tudo indica a idéia não vingou - ainda que Millôr acenasse com a possibilidade de se cobrar preços acessíveis para a coisa pública - pois, a cada dia é menor o número de crianças e adultos que podem ver, cheirar e subir em árvores, seja pelo clima de violência nos grandes centros urbanos, o que inibe o acesso da população às áreas

verdes, seja pela gradual e sistemática redução dessas mesmas áreas ou ainda pelo corre-corre urbano.

O fato, no entanto, é que a idéia é brilhante e que Millôr, não se sabe com que referências acadêmicas, porém com fina ironia, estabelece uma relação de aproximação entre a instituição museu e a ecologia; entre a instituição museu e a praça pública - que "é do povo como o céu é do condor", e na rota do progresso natural, do Concord. Nos periódicos especializados esta relação está incluída no bojo da denominada Nova Museologia.

A importância da Nova Museologia reside não no adjetivo, mas nas questões que coloca em relação: 1 - à função social da instituição museu e à sua sobrevivência; 2 - ao processo de musealização e atribuição de sentidos aos bens culturais e naturais; 3 - à tendência de contextualização de bens culturais e naturais; 4 - à busca de formas alternativas (velhas e novas) de museus, de exposições e de ações preservacionistas e educativo-culturais; e 5 - à necessidade de se substituir a idéia de coleção pela idéia de patrimônio, e a idéia de edifício ou prédio de museu pela idéia de território ou região e a idéia de visitante pela idéia de comunidade participante.

A proposta do Museu-Praça Pública pode ser compreendida, pelo menos, de duas maneiras distintas, e não excludentes:

A primeira é aquela que denuncia o enjaulamento da natureza, a solução preservacionista "culposa" que alardeia respostas "sensatas" para os problemas criados pelo também "sensato" desenvolvimento tecnológico. São respostas do tipo: máquinas de gerar momentos de silêncio; máquinas de engarrafar oxigênio de Teresópolis; campanha de defesa do verde promovida por distribuidores de moto-serra; ou ainda, excursão à natureza viva no interior do Shopping Center.

A segunda (com certeza mais singela) pretende ver na proposta de Millôr a indicação da necessidade de se desenvolver o "olhar museológico", ou seja, uma atitude crítica, questionadora, capaz de um distanciamento reflexivo diante do conjunto dos bens culturais e naturais, tangíveis e intangíveis. O "olhar museológico" é capaz de estranhar o doméstico, o familiar, e passar a perceber os bens culturais como documentos, testemunhos, fontes de informação, suportes para

questões, expostos das mais variadas formas, nos mais variados contextos, formando os mais variados textos.

O "olhar museológico" revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados.

Percebendo o encurralamento da natureza, e as catastróficas consequências que estão sendo geradas, Tomislav Sôla, durante o Simpósio sobre a Museologia e Identidade (Buenos Aires, 1986), levantou as seguintes questões:

"Podemos tolerar que umas dez mil espécies estejam desaparecendo irreversivelmente a cada ano no nosso planeta? Podemos aceitar que a natureza esteja sendo empurrada para as reservas? Devemos tolerar que a bioengenharia interfira na ordem natural (se é que ela ainda existe)? Devem nossas preocupações profissionais e éticas terminar numa orgulhosa posse do último espécimen das espécies? Os museus estão aqui para documentar passivamente esses rumos desastrosos, ou para fazer algo quanto a eles?"

As preocupações de Millôr e Sôla têm, em verdade, uma base comum: a destruição que violentamente está sendo imputada ao patrimônio natural, e o papel dos museus diante de tão trágico quadro.

A cada dia assenta-se mais a noção de que a sobrevivência da instituição museal depende de sua capacidade de, enquanto espaço cultural aberto e público, abrir-se para o tempo presente, para aquilo que de museológico existe fora dos limites espaciais do museu institucionalizado. Por este prisma compreende-se a importância da museologia, dos museus e dos seus profissionais abrirem-se para os estudos e as ações voltadas para a proteção, conservação e utilização do patrimônio natural. Em termos museológicos, a separação entre o patrimônio cultural e natural é prejudicial ao desenvolvimento de uma prática mais avançada. A relação do homem com a natureza é inevitavelmente uma relação cultural.

A percepção e a valorização do que de museal existe além dos limites institucionais, nos remete, outra vez, ao "olhar museológico", que depende mais de um estado de consciência do que do sentido da visão. É esse olhar que permite a compreensão de que a preservação e a apresentação de bens culturais e naturais não são exclusividades dos

museus, arquivos e bibliotecas; e permite também que se compreenda que de todo esse conjunto de bens apenas alguns (pelo simples fato de que de "o tempo não pára" - como canta o Cazuza) chegarão às gerações futuras, da mesma forma que apenas alguns (com base num jogo de valores e interesses) serão musealizados.

Fica evidente que a projeção do patrimônio no tempo que há de vir implica num processo de seleção: voluntária e involuntária. E quando pensamos nesse processo de seleção ganha relevo a relação do par dialético: homem/natureza. Pois, de nada adianta traçar uma estratégia de projeção num tempo futuro de um patrimônio histórico, artístico ou tecnológico, se a natureza continuar sistematicamente sendo destruída, engarrafada. É óbvio que a destruição da natureza implica na destruição do homem, mas nesses tempos em que tudo é descartável, não é demais insistir nas obviedades.

Nesta ordem de idéias, as respostas às questões formuladas por Tomislav Sôla são bastantes evidentes, sobretudo se iluminadas com a proposta do humorista improvisado em museólogo.

O compromisso do museu é antes de mais nada com o homem: criador, conservador e transformador de bens culturais. A sobrevivência humana, no entanto, depende integralmente da natureza. Assim, o museu está inevitavelmente comprometido com a conservação da natureza, com a manutenção do equilíbrio ecológico. E isto é válido para todo e qualquer museu, e não apenas os museus de ciências naturais. Com certeza, os museus não existem somente para documentar passivamente a destruição da natureza, posto que esta atitude de documentação apática seria a opção pela morte, pela própria destruição do museu. Não se pode negar, no entanto, o fato de que não são poucas as instituições museológicas apáticas.

Enjaular ou encurralar a natureza nas reservas equivale à tentativa de afastar do convívio diário àqueles indivíduos que pela simples presença lembram-nos constantemente de nossos compromissos e de nossas decisões equivocadas; equivale a afirmar que não existe harmonia possível entre o progresso e a natureza; mas aí está Millôr Fernandes (sério como quem brinca) a nos lembrar (memória irônica) que o "progresso é natural".

Diante das ameaças ao patrimônio natural qual é o papel do museu? Como instituição interessada na preservação do patrimônio maior que é a vida, os museus têm um papel de documentação ativa, participante, com o objetivo de que não se perca a memória do destruído ou ausente, mas que, ao contrário contribua para a fermentação de ações de defesa do patrimônio natural. À semelhança do Museu-Praça Pública todo museu pode ser denúncia, pode ser praça pública, pode ser fórum de idéias e debates, mas pode também contribuir para o desenvolvimento do "olhar museológico" que é capaz de ver na Serra do Mar, na Baía de Guanabara, na Amazônia, na Floresta da Tijuca e no quintal de Florinda um patrimônio inigualável pelo qual vale a pena lutar e ir para praça pública. Vamos ver se a idéia do Museu-Praça Pública pega e todos nós - incluindo o Millôr - possamos ver, cheirar, subir, descer e mesmo cair das museológicas árvores.